

CAMPANHA

1,3 milhão de assinaturas contra a Reforma Trabalhista

O Sinpro/RS aderiu ao engajamento na campanha nacional em favor do Projeto de Lei de Iniciativa Popular (PLIP) que propõe a revogação da Reforma Trabalhista. A campanha foi aprovada pelas confederações, federações e sindicatos da CUT, durante o recente Congresso Extraordinário, realizado em agosto. Trata-se de nova etapa na luta contra a Reforma Trabalhista e contra a terceirização.

Há várias entidades que já instalaram postos de coleta de assinaturas em locais de grande circulação de pessoas. Comitês também estão sendo montados para organizar o recolhimento de adesões.

Para protocolar o Projeto de Lei, será necessário 1,3 milhão de assinaturas. A partir desta segunda quinzena de setembro, a direção do Sinpro/RS irá desenvolver iniciativas e visitas às instituições de ensino para esclarecer os professores e colher assinaturas. No site do Sindicato também estarão disponíveis para download formulários padronizados para a coleta de assinaturas e materiais de apoio.

A adesão do Sindicato a essa iniciativa soma-se a ou-

tras na continuidade da luta geral contra a Reforma Trabalhista. No final de agosto, o Seminário Nacional Profissão Professor foi um momento importante desta política. A íntegra dos debates do evento pode ser assistida em vídeo no site do Sinpro/RS.

MOBILIZAÇÃO – Aprovada na 15ª Plenária Nacional/Congresso Extraordinário da CUT, realizada de 28 a 31 de agosto, em São Paulo, o objetivo é colher até o dia 31 de outubro mais de 1,3 milhão de assinaturas, que representa 1% do eleitorado brasileiro. Depois, as listas de assinaturas serão protocoladas na Câmara dos Deputados antes da entrada em vigor da Reforma Trabalhista, no dia 11 de novembro. O passo seguinte será pressionar os parlamentares a votarem esse projeto de iniciativa popular, o qual anula essas duas leis do governo Temer que acaba com inúmeros direitos trabalhistas.

Os materiais também estão disponíveis no endereço eletrônico do Sinpro/RS www.sinprors.org.br/abaixoassinado.asp

EDITORIAL

Mobilização pelo PLIP

A Reforma Trabalhista aprovada no Congresso Nacional e sancionada pelo governo Temer tem previsão para o início da sua vigência em meados de novembro próximo.

Para além das discussões e definições, com vistas à resistência à sua implementação no ensino privado gaúcho, é fundamental continuar questionando e denunciando o caráter desta Reforma e, especialmente, do Congresso que a aprovou e do governo que a sancionou.

É nesta perspectiva que se insere a iniciativa do Projeto de Lei de Iniciativa Popular – PLIP definida pela CUT.

Trata-se de ação política de mobilização que oportuniza o envolvimento e a atitude proativa de todos os

professores irredimidos, por um lado, com a ofensiva do empresariado e dos setores conservadores e, por outro, com a passividade que vem marcando a postura da maioria da sociedade brasileira.

Na conjuntura em que vivemos, é importante não naturalizar a perda de direitos e os retrocessos democráticos. É importante manter a resistência, a denúncia e o questionamento da legitimidade dos que têm decidido contra os trabalhadores e o povo brasileiro.

Professor, tome uma atitude e participe da campanha do PLIP.

Direção Colegiada

Coleta de Assinaturas para Projeto de Lei de Iniciativa Popular

A lei da Reforma Trabalhista aprovada pelo governo Temer passa a valer a partir do dia 11 de novembro de 2017. Além disso, a Lei que permite a Terceirização ilimitada já entrou em vigor. O atual governo está promovendo um desmonte dos direitos trabalhistas ao longo de décadas.

QUAL É O OBJETIVO?

Recolher no mínimo 1,3 milhão de assinaturas (1% do eleitorado brasileiro, de todas as regiões) para protocolar na Câmara Federal um Projeto de Lei de Iniciativa Popular que anule (revogue) a lei da Reforma Trabalhista.

É POSSÍVEL?

Sim. No Brasil, já foram revogadas 11 (onze) leis por meio de Projetos de Lei de Iniciativa Popular. A Constituição Federal permite que a sociedade apresente um projeto de lei à Câmara dos Deputados, desde que a proposta seja assinada por um número mínimo de cidadãos distribuídos por pelo menos cinco Estados brasileiros.



O QUE ACONTECE?

Com o número suficiente de assinaturas (1% do eleitorado brasileiro, de todas as regiões), o projeto é protocolizado na Câmara Federal e segue a mesma trajetória de qualquer outro projeto no Congresso Nacional, ou seja, passa pelas votações dos deputados e dos senadores.

META

O Sindicato pretende recolher assinaturas de 50% do total de filiados, o que corresponde a aproximadamente 12 mil.

ENTREGA DE ASSINATURAS

Será organizada uma Caravana a Brasília para a entrega das assinaturas do Projeto de Lei de Iniciativa Popular na Câmara dos Deputados (protocolização do projeto), onde será realizado um grande ato de entrega.

INSTRUÇÕES SOBRE O PREENCHIMENTO DO FORMULÁRIO DE COLETA DE ASSINATURAS PARA O PROJETO DE LEI DE INICIATIVA POPULAR

1. Para que os dados coletados no formulário tenham validade, cada folha deve conter somente eleitores do município indicado no topo da ficha de coleta.
2. Todos os dados do formulário devem ser preenchidos com letra legível (exceto a assinatura, que deve ser igual à de um documento válido), não deve conter abreviaturas e nenhum campo deve ficar em branco.
3. Somente quem possui Título de Eleitor pode assinar o projeto.
4. Caso o eleitor não tenha em mãos o seu Título de Eleitor, é possível descobrir o número do documento acessando o site do TSE (<http://www.tse.jus.br/eleitor/servicos/titulo-e-local-de-votacao/consulta-por-nome>). A consulta é feita na hora.
5. A pessoa só poderá assinar o formulário uma única vez.



Dúvidas sobre seus direitos?

Baixe o app do Sinpro/RS e tá na mão!

É rápido, prático e cheio de vantagens.

